

O professor entre as novas tecnologias e o currículo

São indiscutíveis as vantagens educativas trazidas pelos novos *media*. No entanto, exigem atitudes e competências docentes para os integrar nos processos curriculares sem acentuar a exclusão dos mais desfavorecidos face à escola.

Apesar do contínuo crescimento das novas tecnologias nas escolas, parece manter-se desvalorizada a dimensão da educação para os *media* enquanto vertente pedagógica incorporada nos processos curriculares promovidos pelos professores. Sabemos que, neste domínio, as experiências que os alunos trazem para a escola são muito diferenciadas quanto à frequência e qualidade no acesso e no uso de conteúdos proporcionados pela *Internet* e por outros *media*. Tal facto expressa uma importante variável no acesso às aprendizagens escolares e introduz na escola novos factores de reprodução social e cultural. Exprime também diferenciações de poder face ao conhecimento. O sucesso ao longo dos diversos ciclos de escolaridade tende, cada vez mais, a ser função desse poder; não só no que se refere às experiências no acesso e utilização das novas tecnologias mas, sobretudo, das competências para procurar, utilizar, produzir, trocar e disseminar informação. As diferenças entre os alunos no que concerne às experiências e competências face às novas tecnologias e, sobretudo, as diferenças nos modos como as utilizam em função das finalidades curriculares e para outros fins mais ou menos valorizados socialmente, constituem importantes elementos diferenciadores dos capitais culturais que trazem da família para a escola. Desta forma, aos tradicionais factores sociais geradores de desigualdades na escola, acrescem outros, resultantes da posição de cada aluno face àqueles meios, cada vez mais poderosos, de aprendizagens escolares e de integração e mobilidade social. Este é um elemento novo a ter em conta nas desigualdades no acesso à e na frequência da escola.

São indiscutíveis as vantagens educativas trazidas pelos novos *media*. No entanto, exigem atitudes e competências docentes para os integrar nos processos curriculares sem acentuar a exclusão dos mais desfavorecidos face à escola. A par da democratização no acesso e uso técnico daqueles *media* é indispensável usá-los para fins curriculares contemplando a vertente da pesquisa e da escolha da informação, a par com as vertentes da concepção, disseminação e troca de informação. A possibilidade da acentuação das desigualdades não está tanto no acesso às novas tecnologias porque, a médio prazo, todos lhe terão acesso, com já o têm à televisão. A grande questão está sobretudo na escolha da informação mais valorizada e no desenvolvimento das atitudes necessárias para aquela escolha face ao volume e diversidade de informação disponível. Não há assunto que não seja tratado na *internet*; são infundáveis os seus objectivos e os seus determinantes sociais, económicos, ideológicos, éticos e morais. Como educar para escolher nesta diversidade? Face a esta realidade que perfil de professor?

Longe de aí se esgotar, a função do professor será, cada vez mais, o de facilitador no acesso, organização e sistematização da informação a partir de fontes cada vez mais dispersas e distantes da escola enquanto local e dos tradicionais recursos pedagógicos. Mantém-se inalterável a função da escola de assegurar, de forma curricularmente estruturada, os saberes, as atitudes e competências essenciais à realização dos projectos individuais, e à realização de escolhas valorativamente fundamentadas, face à imensa diversidade de alternativas. Inclui-se aqui a capacidade do futuro cidadão para aceder, escolher, sistematizar e questionar criticamente as informações a partir da enorme diversidade de fontes. As bases para esta competência adquirem-se na escola enquanto contexto personalizado e especializado de interacções face a face, em que o papel do professor é sempre insubstituível.